



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 25

Sessão Ordinária Abril

2.º Reunião em 28/04/2023

Aos vinte oito dias do mês de Abril do ano dois mil e vinte três, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Ana Carisa Oliveira Martins, Isabel Maria Nunes Ramos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla Sousa Pinto, Ana Catarina Vieira Rodrigues, Fernando Tavares Marques, Carlos Alberto Martins Nunes, João Francisco Santos Silva, Carla Ferreira Esteves das Neves Roland, Joana de Oliveira Teixeira, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, António José Jesus Monteiro, João André Cascais Labrincha, António Manuel Santos Salavessa.

Faltaram os deputados, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Jorge Manuel Correia Girão, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, e Rui Filipe de Oliveira Teixeira.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores, Ana Cláudia Pinto Oliveira. João Filipe Andrade Machado (chegou às 22 horas), Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Luis Miguel Capão Filipe, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rosa Maria Monteiro Venâncio.

Faltou o Vereador Rui Jorge Soares Carneiro

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Joana de Oliveira Teixeira, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, António José Jesus Monteiro, João André Cascais Labrincha e António Manuel Santos Salavessa.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, Júlia Margarida Ribeiro Correia, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, Rui Miguel dos Santos

Melo Faria, Isabel Alexandra da Conceição Marques, Jerónimo Santos Dias, Ana Cristina Valente Couras, Olegário Augusto da Costa Rocha, Sónia Alexandra Oliveira Gamelas, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Miguel António Costa da Silva, Arlindo José Vieira Tavares, e Sara Alexandra Reis da Rocha, se fizeram substituir nesta reunião da sessão por Ana Carisa Oliveira Martins, Isabel Maria Nunes Ramos, Daniela Carla Sousa Pinto, Ana Catarina Vieira Rodrigues, Carlos Alberto Martins Nunes, João Francisco Santos Silva, e Carla Ferreira Esteves das Neves Roland. Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.⁰⁰³

De seguida o Presidente da Mesa deu continuidade à “Ordem-do-Dia” para esta Sessão Ordinária de Abril, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 2 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2022, da Câmara Municipal de Aveiro;

Ponto 3 – Apreciação e votação do Regulamento de Segurança e de Utilização dos Espaços de Acesso Público do Complexo/Recinto Desportivo Estádio Municipal de Aveiro - Mário Duarte;

Ponto 4 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação – Por soluções públicas para a antiga lota.

Ponto 2 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2022, da Câmara Municipal de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 30/03/2023, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰⁰⁴ para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

“Muito obrigado. Boa noite a todos. De forma sumária, objetiva, o ano de 2022 foi um excelente ano da Atividade Municipal. Cumprimos basicamente os objetivos que se fixaram pelo documento de gestão, pelas Grandes Opções do Plano e o respetivo Orçamento. E foi um ano importante para caminharmos para aquele ano em que já estamos, que fecha a utilização dos fundos comunitários do Portugal 20/20. Algumas das obras tiveram um desenvolvimento muito forte, muito relevante, durante o ano 22 e, obviamente, terminarão durante este ano 23 e estamos basicamente ou principalmente a falar das maiores obras que integram também o PEDUCA, a Avenida e o Rossio. Portanto, nas operações financiadas

pelos Fundos Comunitários também tivemos os nossos acidentes, nomeadamente o acidente na Escola das Barrocas que teve chumbo de Visto de Tribunal de Contas, tivemos que repetir o concurso, entretanto já foi adjudicado, está neste momento em fase de Visto, esperemos que desta vez seja positivo. E, portanto, o nível das operações de obras, de projetos de concursos e de obras de múltipla natureza por todo o município, enfim, foram-se desenvolvendo além do mais, aos olhos de todos, naquilo que é a constatação física que muitas delas propiciam e aquelas que não se veem quando se passa na rua, mas também aquelas que vão vivendo em fase de projeto e em fase de tramitação de concurso público. Uma nota de destaque para a Descentralização. Nomeadamente para a área da ação social, dado que o primeiro semestre de execução das novas competências nesse âmbito da descentralização. Já vínhamos com a área da Educação e iniciamos na Ação Social. Portanto este é um marco importante do ano 2022 em termos das novas responsabilidades que assumimos.

Saiu também em meados de Abril, o novo diploma legal que atualiza um conjunto de, enfim, de financiamento e de notas de estruturação nomeadamente ao nível de recursos humanos para execução dessas mesmas competências e, portanto, agora que nos faltam 2 meses para terminar o primeiro ano de funções saiu finalmente esse diploma legal que já estava acordado com o Governo desde Julho do ano passado, aquando do célebre acordo, que a ANMP assinou na área da Educação e da Ação Social e, portanto, temos essa frente nova também.

E, obviamente, naquilo que respeita a toda a programação cultural, a execução do nosso programa municipal de ação educativa, todas essas áreas de grande importância tiveram pleno cumprimento dos objetivos que fixámos, foi um excelente ano nessas dimensões.

E também foi um ano de retoma da plenitude do nosso calendário de eventos que fomos estruturando ao longo, enfim, destes mandados, embora abalroado obviamente, no ano 20 e 21 pela pandemia.

Na dimensão financeira, pronto, obviamente, o caminho da recuperação continuou. A nossa a nossa relação da Dívida com a Receita fecha o ano 2022 fechou o ano com o rácio 1,1, tínhamos feito 1,25 no final de 2021 e relembro que tínhamos 3,4 no final de 2013.

Portanto continuamos o caminho que decidimos fazer de recuperação financeira, baixando a dívida, continuando o caminho da redução da dívida. Já não temos a obrigação. É bom saber que se trata de uma opção política, porque já não temos programa de ajustamento municipal. A única coisa que temos que fazer é pagar o serviço da dívida do nosso empréstimo que contratámos com o fundo apoio municipal. Isso obviamente foi cumprido com todo o rigor no ano 2022 e vai continuar a ser. E também prosseguimos a caminhada da redução do saldo e do aumento das taxas de execução, nomeadamente da Despesa, porque da Receita já vem estando com níveis elevado. Na despesa estamos e continuamos a elevar a taxa de execução da Despesa. Portanto estes indicadores principais, há muitos outros, mas demonstram esse desenvolvimento das contas da câmara, que obviamente são a tradução financeira daquilo que é a sua atividade.

Portanto estas são as notas principais dum ano muito positivo, dum ano importante, dum ano que deixou muitas ações materiais e imateriais, para terem sequência no ano corrente que estamos a executar.

Portanto, temos falado muito nisso, a nossa realidade, as ações são cada vez mais ações plurianuais, apenas os documentos de gestão têm a marca do ano civil, pois, com certeza, assim é e continuará a ser. Agora a Atividade essa é que cada vez liga menos ao ano, porque a sua continuidade é natural e óbvia, seja na dimensão imaterial, repito, seja nas questões de natureza material.

Portanto, Senhor Presidente e caros colegas, é esta nota que deixava para introduzir e obviamente ao dispor para participar no debate. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:007

“Senhor Presidente, como vê não é conveniente marcar as sessões da assembleia para o ultimo dia útil de abril, porque esta debanda que se deu hoje das presenças dos presidentes de junta, substituídos por outros elementos, talvez esteja associada à realização das sessões de assembleia de freguesia de abril. É tal o nível de substituições que é sui géneris.

Senhor Presidente as Contas estão apresentadas. Os pontos menos claros são praticamente irrelevantes, o Senhor Presidente fez a leitura politica que lhe competia fazer ao desempenho da Câmara no ano de 2022, é nosso papel aqui apresentar outras leituras possíveis de alguns dos itens que são apresentados hoje aqui e chamar a atenção para outros aspetos que não são referidos.

No nosso entender, as Contas que foram apresentadas demonstram cabalmente que tinha sido perfeitamente possível aliviar as taxas de impostos diretos, que são cobradas aos cidadãos neste ano de 2023, sendo incontornável a sua redução para 2024.

Mantendo os valores máximos e comparando, o global dos impostos diretos, o valor passa em dois anos de 30,3 milhões de euros para 36,8 milhões!? São mais de 3 milhões por ano.

Estas Contas permitem também assumir que é possível reduzir a taxa da Derrama.

O valor arrecadado passou, em dois anos, de 4 para 5,7 milhões de euros!

As Contas demonstram também que, com os valores que são apresentados, tinha sido perfeitamente possível e razoável, deliberar a favor da tarifa social da água.

Menos de 500 mil euros permitiriam uma redução de 30% na tarifa.

Que, com estes valores, e com os 884 mil euros recebidos do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos e ou à densificação da Oferta, cuja aplicação não se afigura visível, na leitura do documento, poderá ser incapacidade minha, mas na dúvida estou a colocar a pergunta. Não sendo visível por pesquisa encontrar a aplicação do PRAT, reiteramos ter sido possível ir mais longe na oferta de transporte público de qualidade.

As Contas também demonstram que, numa área sensível que é a habitação, apesar de nos considerandos das Contas a Câmara afirmar que reforçou a sua atenção, verificou-se uma taxa de execução de 65%, a qual, sendo elevada em comparação com outras, significa apenas a um valor correspondente 1,9 % do total de 136 milhões das receitas.

É muito pouco! Foram gastos 2,6 milhões em habitação, quando se recebeu 19 milhões de IMI e 9,7 milhões de IMT. Só na transferência de propriedade a Câmara arrecadou 9.7 milhões de euros.

Com um quadro financeiro mais favorável do que em anos anteriores, a Câmara Municipal, a Câmara distribui menos, para quem está diretamente no terreno, junto das populações.

As transferências, para Associações, Clubes Desportivos, IPSS, Corporações de Bombeiros e Outras, diminuíram de 6,4 para 3,9 milhões de euros. O Senhor Presidente não abane a cabeça que é o que tem lá escrito na rubrica!? E o que porventura tenha sido feito com o fundo de apoio às famílias, continua invisível, não sendo perceptíveis nas Contas. Não há sitio nenhum onde se veja ou sejam perceptíveis, beneficiários, objetivos e valores.

As Contas provam que é possível gastar menos em eventos, todos mais ou menos centralizados na cidade, e apostar mais na elevação da qualidade urbana em todo o concelho.

Demonstram que é possível criar ou reforçar equipas de intervenção rápida que resolvam situações que se arrastam há meses, buracos, afundamentos de vias, passeios, grades de proteção de pavimentos, sinais de transito, etc, etc, etc, ao nível do concelho. Basta dar uma

volta e ir fotografando, ir anotando, como grande é o volume destas pequenas coisas a que é necessário responder.

Do ponto de vista da execução técnica das Contas não temos apontamentos significativos a apresentar, nem sequer sublinhar a reserva do revisor oficial de contas relativo aos compromissos assumidos e não pagos, dado o saldo de gerência que se estava a verificar irá cobrir totalmente esses valores.

Outras entidades existem que darão a devida atenção a esses aspetos.

Portanto, há, no entanto, um aspeto no relatório do ROC que continua a impressionar, que é, ao fim dos três mandatos, dos dois anteriores e doutros, continua a não estar pronto o Inventário da Câmara Municipal de Aveiro. Acho que era uma aposta que o Senhor Presidente Ribau Esteves devia assumir pessoalmente. Ver se no resto que lhe falta de mandato, esta estória tem um fim.

Continua a ser no âmbito político, com base nas observações já apresentadas, que correspondem a aspetos nucleares da vida dos cidadãos, que se baseia o nosso julgamento negativo à gestão desta maioria. É no âmbito político que votaremos contra.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

“Boa noite, senhores presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal, senhores Vereadores, deputados municipais, restante público presente. Tal como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu, e bem, na nossa última reunião, esta é uma reunião política e não uma reunião técnica. Portanto a apreciação que nós fazemos a este documento é essencialmente de natureza política, até porque já foi elaborado um parecer técnico independente, os revisores oficiais de contas, tal como está descrito nos documentos que nos foram fornecidos.

Portanto, Senhor Presidente, tenho aqui uma pergunta para lhe fazer. Alguns dos documentos deixam-nos um pouco intrigados, e o seguinte. No Balanço Social, na página 7, nas ausências, diz que (e passo a ler) durante o ano de 2022 foram contabilizadas 33.847 dias de ausência ao trabalho! Isto pelas nossas contas, considerando que são 913 trabalhadores, dá uma média de 37 faltas por cada trabalhador ao longo do ano. O que nos parece péssimo. Se nos pudesse dar uma cabal explicação agradecemos.

Depois aqui outra observação. Este é um pouco em jeito de provocação ali para a bancada do Partido Socialista. Normalmente quando leio os relatórios do Senhor Presidente, é sempre a elogiar o trabalho, sempre tudo corre muitíssimo bem. Mas na página do relatório de gestão e prestação de contas, página 39, em assuntos da Administração Central diz e passo a citar, no âmbito do trabalho de cooperação institucional com o Governo o ano de 2022 o trabalho foi muito pouco produtivo. Eu confesso que soltei uma gargalhada quando li isto. Isto é mesmo o que está escrito “que foi muito pouco produtivo”.

Então o Partido Socialista elegeu no distrito alguém com tanto poder no Governo, durante o ano 2022 ele saiu muito recentemente. Falo do Pedro Nuno Santos, quer dizer, nem isso serviu para ajudar a autarquia a desbloquear estes entraves todos? Essa é uma pergunta que eu deixo. Quer dizer, é um intrigante. Como é que uma pessoa tão influente no Governo não conseguiu ajudar a autarquia de Aveiro a desbloquear estes problemas. Tivemos um ano muito pouco produtivo, de facto. É caso para dizer que temos é de correr com este Governo.

Em termos de análise geral política não temos nada de diferente a dizer do que temos dito no passado, quer dizer. A Câmara demonstra competência em captar fundos europeus, tem feito muita obra, quer ao nível material quer ao nível imaterial. Nós destacamos de como muito positiva por exemplo a questão da ampliação das obras no parque escolar, como

exemplo de obras que nós damos muito valor. Mas lá está, no aspeto menos positivo, constatamos que a Câmara bate recordes de receita em termos de impostos diretos e indiretos, nomeadamente 19,1 milhões de euros em IMI; 9,6 milhões de IMT; 5,7 milhões em Derrama, etc

Portanto, esta elevada Receita foi conseguida à custa do sacrifício dos aveirenses.

Portanto em jeito de balanço e pesando os prós e os contras, nós vamos tomar a posição que já tomámos no ano passado, portanto vamos abster-nos neste ponto. Tenho dito. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, na sua pessoa, aproveitar para cumprimentar todos os presentes e todos aqueles que nos acompanham pela transmissão desta assembleia. Do relatório de gestão, preocupa-nos a referência de que os transportes públicos são de qualidade. Do ponto Investimentos Executados por objetivos e programas, página 69 e seguintes, montantes executados para a Ação Social de 0%. Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza 3,95%. Desporto, Recreio e Lazer 1,03%. Recuperação de Espaços Culturais. 5,19%. Mercados e Feiras 0.80%.

Senhor Presidente, pode explicar os motivos destes baixos valores de execução? Obrigado.”

Vogal João Labrincha (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

“Boa noite. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, senhoras deputadas, senhores deputados e demais presentes e também online. O relatório de execução confirma um plano, ou seja, os transportes, a habitação, os apoios sociais não passam de breves passagens e de leves orçamentos, que aparecem, talvez por obrigação, talvez porque não existirem de todo levariam certamente a perda de eleitores. Nem sequer mereceram um comentário do Senhor Presidente no resumo que fez, o que demonstra bem a importância que lhe dá a estas temáticas.

O que vemos é uma execução impregnada de cegueira ideológica neoliberal, com uma visão distópica sobre uma mão invisível do mercado, que a existir será a mão que aperta os pescoços das classes médias e baixas com a inflação e a especulação.

Ainda bem que se indignam. Eu também fico indignado com o estado em que o país se encontra neste momento com a inflação, com a especulação, promovidas tanto pelos órgãos do Estado como pelos órgãos municipais. Impregnada também de ideias preconceituosas, face às razões para ser pobre, como já ouvi várias representantes do PSD que conseqüentemente rejeitam apoiar de forma substancial e verdadeiramente, portanto quem mais precisa. Portanto o Bloco de Esquerda, votará obviamente contra.”

Vogal Inês Abreu (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento a Mesa, na pessoa do Senhor Presidente cumprimento o executivo, os senhores deputados, o público aqui presente e os que nos ouvem através dos meios de comunicação social.

O CDS/PP faz uma apreciação muito positiva do exercício de 2022 apresentado pelo executivo da CMA. O somatório das Grandes Opções de Plano (GOP) no valor de 49,25 milhões de euros e as Despesas no valor de 39,2 milhões de euros, contracenam com os 126,15 milhões de euros de receitas líquidas.

Esta diferença do exercício no valor de cerca de 37,7 milhões de euros transita para o exercício de 2023. Assim, este executivo conseguiu (mais um) equilíbrio financeiro para 2022 e está de Parabéns.

Registe-se, ainda, um Resultado Operacional positivo de 20,55 milhões de euros, com uma redução da dívida de cerca de 6 milhões de euros, em relação ao ano transato, fixando a dívida total do Município nos 66 milhões de euros.

Considerando o valor médio de Receitas dos últimos 3 exercícios, dá cerca de 60,32 milhões de euros e a média da Despesa em 66,4 milhões de euros, atingindo-se assim um rácio de 1.1. Em 2021 foi de 1.25. Logo houve uma melhoria desse ano para este.

Esta relação é realmente importante e vital da boa gestão camarária, senão note-se: em 2013, ano em que este executivo tomou posse, a relação entre despesa e receitas tinha um rácio de 3.4.

Desde então, a diminuição tem sido uma constante. Esta depreciação é fundamental para uma gestão camarária equilibrada. O Município de Aveiro reforça, uma vez mais, a sua posição dentro dos valores estipulados pela Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso iniciado em 2017, e está considerado como o Município com equilíbrio financeiro que em 2022 atingiu o rácio 1,1.

Assim, foi imperativo manter “as contas Certas” que este Executivo teve sempre em consideração sem o qual não seria possível o acesso aos financiamentos para as obras executadas ou em curso do Portugal 20/20, e ainda para a preparação de concursos e projeção de novos projetos de apoio comunitário como o Portugal 20/30 ou o PRR.

De salientar, igualmente, que este executivo manteve o equilíbrio orçamental e ao mesmo tempo honrou os compromissos assumidos com fornecedores de bens e serviços, iniciado em 2017 com os pagamentos em atraso e, ainda prestou serviços à população com bom nível de qualidade, nomeadamente, os serviços públicos municipais de transportes rodoviários e fluviais elétricos. Temos como exemplo mais um autocarro elétrico passando de 3 para 4 veículos com 0% de emissão de CO₂ para a atmosfera. E, acrescentando ainda o ferry elétrico que está em fase de construção e brevemente estará em funcionamento.

Reforçando, ainda, o elevado nível de investimento em várias áreas: Educação, a Qualificação urbana, Habitação social e a Cultura, com obras já concluídas como a requalificação de escolas e construção de novas escolas, a requalificação da habitação social no Bairro de Santiago e outras obras em fase de conclusão, como por exemplo a obra da Avenida Dr. Lourenço Peixinho que é inaugurada no próximo dia 13 de Maio.

A obra do Rossio que está em adiantada fase execução, entre outras que foram apreciadas e discutidas na anterior sessão em sede de debate da apresentação do relatório da atividade municipal.

Em conclusão. Neste mandato autárquico compreendido entre 2021/2025, este ano de 2022 foi o primeiro ano que o executivo cumpriu os objetivos fixados para a atividade da CMA. O que contou para o relevante contributo para o crescimento e para o desenvolvimento do município de Aveiro, com a execução de um vasto conjunto de projetos, concursos e obras, assim como a realização de eventos, como a importante candidatura a Capital Europeia da Cultura. A Feira de Março que trouxe mais uma vez importantes empresas que estiveram presentes, entre outros. Isto permite-nos concluir por um balanço bastante positivo da atividade deste executivo em prol do interesse de Aveiro e consequentemente da melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. Tenho dito.”

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰¹²

Vogal Mário Costa (PS)⁰¹³

Vogal Jorge Gonçalves (PS)⁰¹⁴

Presidente da Mesa

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰¹⁶

Presidente da Mesa⁰¹⁷

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁸

“Muito Obrigado Sr. Presidente. Minhas senhoras e meus senhores este é o momento em que esta maioria e este executivo prestam contas perante a Assembleia Municipal, mas sobretudo perante os aveirenses sobre o trabalho realizado em 2022.

Este é o momento em que a oposição disse que não concordava com o que foi feito, e que esta coligação salienta o trabalho efetuado e vertido neste documento de Prestação de Contas. Mas todos estaremos de acordo no resumo do documento em apreciação, o trabalho foi feito! Concordemos ou não com ele!

É um documento predominantemente técnico, contabilístico, mas também muito político, por força de continuar a implementar aquele que foi o programa eleitoral sufragado e o nosso compromisso com os aveirenses.

Este, é o documento que reflete a continuidade de uma gestão de rigor e cumprimento dos compromissos assumidos com os mais diversos parceiros, na gestão dos últimos anos, sendo que 2022, teve uma simbologia especial, por já não estar condicionada pelo contrato do Programa de Ajustamento Municipal. Uma nova vida para Aveiro!

Ainda que possamos atribuir os mais diversos nomes, a realidade é apenas uma, começou uma nova fase da gestão autárquica após anos, demasiados anos de forte condicionamento financeiro. E agora temos com o documento em apreciação motivos para estar satisfeitos, tanto em termos financeiros, como em termos de obra, como em termos de prestação de serviços aos cidadãos, mas enquanto houver estrada para andar, esta maioria vai continuar. Pois o investimento em Aveiro e nos aveirenses continua, continuamos a viver numa cidade em constante mutação e aquilo que designei no passado como “estaleiro a céu aberto” terá em breve uma relevante alteração com a conclusão da Avenida e depois do Rossio, nomeadamente. Registamos o trabalho feito, e no futuro vamos continuar a registar! O ano de 2022 continuou a trazer algo que este executivo tem sabido fazer e bem. O aproveitamento das mais diversas fontes de financiamento, transformando-as em investimento em projetos, em eventos.

Assim, em 2022 foi atingido um grau de execução orçamental de 65%, um acréscimo de 5% face ao ano anterior, que já tinha sido o segundo melhor desde 2013.

Trata-se de um trabalho continuado, sem premeditações eleitorais e que melhora o dia-a-dia dos aveirenses, pois recordemos os documentos do passado, quando em 2015 registou 36%, por exemplo, com crescimento desde então, ou seja, a trajetória de longo prazo é clara, é de subida.

O trabalho de consolidação orçamental tem sido sólido e estrutural, pois nenhum de nós pretende voltar ao passado de uma câmara de contas certas, mas desequilibradas e endividadas.

A execução financeira da Despesa foi de 88 milhões de euros e a da Receita foi de 126 milhões de euros, com resultados positivos de 20 milhões de euros.

E permitam-me lembrar, que o que pode ser redistribuído é a riqueza e não a pobreza ou as dívidas que haviam no passado.

Continuou a redução da dívida total, em cerca de 6 milhões de euros no ano, tal como verificado em 2021, fixando a dívida do universo municipal no valor global de 66,5 milhões de euros. Na sua larga maioria relativos ao financiamento junto do FAM que apresenta ainda uma maturidade bastante alongada e ajustada no seu payback.

Reforçando o que já foi referido nesta assembleia, tendo em consideração o valor da média da receita corrente líquida dos 3 exercícios anteriores subiu, fixando-se agora em 60 milhões de euros em virtude do crescente dinamismo económico concelhio, pois o

crescimento centra-se principalmente na vertente de impostos diretos e tendo em conta o valor da dívida total relevante indicada, foi possível alcançar no ano 2022 um rácio de 1.1 recorde que no ano passado tínhamos 3.4 no ano de 2013.

Continua a ser prioritário prosseguir o caminho feito até aqui, com redução da dívida total da CMA, sendo ponderados na continuidade das Receitas, mas a conseguir executar uma gestão de tesouraria diferente e mais flexível da que existia no passado recente, até porque a margem para o Limite da Dívida Total teve um incremento significativo.

Recordemos que cada vez mais, as despesas são plurianuais, ou seja, os projetos, obras e eventos inscritos 2022, terão continuidade no ano de 2023 e muitas delas, ainda para o ano de 2024, sempre sem perder a expectativa que a execução vá continuar a crescer como foi disso exemplo o ano de 2022.

Sendo que esta Prestação de Contas é a continuidade do trabalho realizado desde 2013 e que continuaremos a ter um trabalho de equipa global, com o executivo, as Associações, as Juntas, as Empresas, a Universidade e com os Aveirenses.

E se podemos ter esta perspetiva futura nesta fase, também a esta Prestação de Contas o devemos, para continuar a fazer mais e melhor pelo Município de Aveiro.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[019](#)

“Boa noite a todos. Na pessoa do Senhor Presidente cumprimentar todos e os que nos estão a assistir.

Antes da minha intervenção sobre o Relatório e Contas, queria dar duas palavrinhas sobre algo que foi dito aqui. Começando pelo Salavessa, não entendi bem o que ele quis dizer, mas para nós na bancada do PSD todos os deputados substitutos, têm o mesmo valor, a mesma categoria e merecem o mesmo respeito que os que foram eleitos diretamente. Não sei se ele fez esta referencia por todas as Juntas serem do PSD, mas para nós e no Partido todos nos merecem o mesmo respeito sejam deputados substitutos sejam Presidentes de Junta substitutos.

Voltando ao ponto. Senhor Presidente é da experiencia que tenho destes anos que já levo deste órgão este ponto deve ser analisado em 2 vertentes, uma económica, contas certas ou erradas e outra da execução do proposto em orçamento.

Das contas, não sou técnico na minha vida pessoal tudo faço para as minhas contas sejam positivas, ou seja, nada de dividas. Numa Câmara ou numa empresa dizem-me que tal não é possível então analiso de outra forma que é Contas certas e aí temos o relatório do auditor externo de contas que nos diz «tudo certo sem desconformidades». E eu que até fugindo a uma recomendação do Senhor Presidente numa reunião de Câmara, que num documento tão extenso e técnico não se devia ler tudo, mas ler sim as introduções aos documentos e os pareceres técnicos, mas eu preferi a ideia do senhor vereador substituto do Partido Socialista e fui tentar ler o relatório todo. Li a introdução 2 vezes, compromissos em dia, contas correntes em dia, diminuição da dívida em mais de 10%, investimento muito e em muitas áreas e em todo o concelho, obras, projetos, e como me cansei só de olhar para as centenas de páginas do documento decidi ler o índice que já esse tinha varias páginas. Na leitura do índice uma pagina chamou-me a atenção fui lê-la e a sua leitura é o fundamento, é a base para o voto favorável a estas Contas por parte do PSD. Depois de ler a página 401 do Relatório de Contas e o relatório do Auditor Externo, o PSD decidiu o seu voto favorável ao mesmo, e então que diz a página 401 sob o titulo “Declaração de pagamentos em atraso em 31-12.22”: «Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15 da lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, declaro que no município de Aveiro não existem pagamentos em atraso à data de 31.12.2022»!

Portanto Senhor Presidente, com o relatório do Auditor Externo tem esta assunção de não existir dívida e ter Contas Certas, o nosso voto favorável.

Na segunda parte a parte da Execução este executivo só tem feito aquilo que foi o programa eleitoral proposto e aceite pelos aveirenses na Aliança com Aveiro respeitando assim o compromisso e voto de confiança entre a Aliança com Aveiro e os Aveirenses.”

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do artigo 32.º do Regimento:[020](#)

“Caro deputado Manuel Prior, eu tenho pena que tenha feito essa conclusão, dum comentário que dirigi, lateral, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, sobre o não marcar reuniões para o ultimo dia útil de abril. Quanto ao valor ou desvalor dos substitutos eu pergunto ao Senhor Manuel Prior se sabe que eu sou substituto? Se sabe que já aqui estive o número três da lista do PCP como substituto e o quatro e o cinco. E todos mereceram a consideração que todos os que aqui estão me merecem. Longe de mim tal ideia. Espero que e pergunto se aceita esta minha justificação?”

Presidente da Mesa:[021](#)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[022](#)

“Muito obrigado a todos, porque um debate desses é muito esclarecedor pela sua pobreza. E, portanto, está tudo claro. A maioria está satisfeita. Governou bem. O trabalho que fazemos, obviamente, a maioria na Assembleia Municipal e a da Câmara é um trabalho de equipa e a oposição foi aquilo que se ouviu. Ou basicamente, foi aquilo que não se ouviu.

E, portanto, é muito bom que seja assim. Que um ano bom tem um bom balanço da maioria, e tem um conjunto de argumentos respeitáveis, porque temos que respeitar a todos, da oposição, tirando os apertos de pescoço de alguns que vivem noutra planeta.

Eu nunca faço aquela coisa, de este é documento técnico ou um documento político, isto é um documento da minha responsabilidade individual e que depois é assinado por todos os vereadores. Portanto este é um documento da nossa responsabilidade, e há um conjunto de pessoas da equipa técnica da câmara que participa nisto. Há um texto que é completamente escrito por mim, pela minha mão e complementado e anotado pelos senhores vereadores que comigo governam a câmara, que é o texto da introdução. É um texto que é verdadeiro. Não há aqui nenhuma inverdade. Descreve aquilo que aconteceu, com o maior rigor, com maior objetividade e sem excesso de pormenor, porque, enfim, senão o documento teria muito mais páginas, e isso interessa para nada.

As Contas são boas, as justificações dos impostos estão dadas. Os cidadãos conhecem nesta argumentação que vocês usam, vocês ainda não perceberam que não interessa nada. Os nossos munícipes votaram em nós 2 vezes, depois de termos na primeira uma subida brutal de impostos, como vocês disseram. E era verdade no que respeita ao valor absoluto e isso não interessou. Vocês tiveram uma violenta derrota na primeira vez, para voltarem a ter outra violenta derrota nas recandidaturas, e vocês ainda continuam a achar da redução, que não tem pés e cabeça e, portanto, eu é a primeira vez que discordo do Presidente Fernando Marques porque a intervenção do Mário Costa é de uma pobreza franciscana e confrangedora porque, enfim, “fazia um bocado diferente”, esta coisa de “um bocado” em termos políticos o que é que é “um bocado”. Não faço ideia do que seja “um bocado”. E outro disparate é a folga orçamental.

Eu não sei qual é o seu conceito de folga? Talvez seja mais claro para si a folga do que o orçamental. Porque nós não temos nenhuma folga orçamental. Mas poderá haver uma diferença de conceito entre a minha leitura da expressão folga orçamental e a sua.

Agora que esta Conta não tem, como está absolutamente claro nela, e se alguma dívida existe naquilo que respeita ao Saldo, que alguns lhe possam chamar folga, tem que somar a este documento o documento das grandes Opções do Plano e Orçamento, para saber qual é o destino, qual é a cativação, das rubricas do Saldo. Portanto folga é coisa que aqui não existe, como é evidente.

Portanto, uma pobreza franciscana, aliás, é o que se passa com o Partido Socialista. O anterior era mau, o atual é muito mau. E, portanto, reforço que vem para aqui só demonstram essa diminuição de qualidade do Partido Socialista, na diferença entre a liderança do Presidente Manuel Sousa e da Presidente Paula Urbano, É este o quadro em que estamos e daí a minha discordância. Peço desculpa ao meu estimado Presidente, mas aqui estamos a falar de matéria objetiva e, objetivamente o que temos aqui é uma grandíssima polémica.

Salavessa, dar-lhe conta que tudo aquilo que queira saber com pormenor, ao dispor. Eu não vou agora aqui estar aqui em 20 minutos a explicar com pormenor o uso do PART e do PROTRANSP. São as 2 fontes de programa do Orçamento do Estado e do fundo ambiental que são as duas emissoras dessa verba que a Câmara recebeu, porque realmente é uma coisa complexa. Mas tenho todo o gosto de explicar pessoalmente ou de lhe mandar uma nota escrita.

Agora, o destino assim grosso modo, foi para duas coisas, como manda a lei, porque nós não podemos inventar. Foi para redução tarifária aquilo que é a contenção do tarifário que já não aumentam, que não aumentamos durante 3 anos consecutivos. O concessionário recebeu mais, mas os utilizadores não pagaram mais. Esta é a componente do tarifário do PART.

O PROTRANSP e parte do PART, tiveram outro destino, o chamado financiamento do défice de operação que, obviamente, continua a existir no setor dos Transportes. E quando o Governo inventa o PROTRANSP por causa da crise grave provocado pela pandemia. Agora tudo isto é muito mais complexo do que eu acabei de dizer que, obviamente, deixei notas para sumariar.

Quanto à reserva. Obviamente que eu tinha muito gosto em não termos nenhuma reserva como é lógico. Mas ninguém tem nenhuma reserva! Uma Câmara como a nossa que tratou sempre com os pés o seu património e às vezes tratou com inteligência, mas uma inteligência com uma tipologia de objetivos muito especial de corrida — e fico por aqui. Pôr em ordem a inventariação patrimonial é uma tarefa que vai continuar a ser penosa e vai continuar a demorar tempo. E já temos muito mais feito do que o que tínhamos claramente. Mas ainda nos falta, com um problema que não sabemos quando é que acaba.

Portanto não sabemos sinceramente. Não vale a pena eu estar aqui dizer, até ao final do meu mandato está resolvido. Não é sério dizer isso, porque a anarquia e é melhor parar com os adjectivos, porque senão ainda me fazem mais uma queixinha daquelas que tanto gostam fazer de mim.

Agora, isto não perturba nada o rigor, a qualidade, os bons indicadores das nossas Contas. Como sabe, a importância do valor patrimonial numa Conta de uma Câmara é coisíssima nenhuma. Os indicadores financeiros que são os que utilizam o valor patrimonial não interessam para nada.

Esta é uma questão absolutamente objetiva, está tudo muito bem na formatação contabilística que a lei define, pois com certeza. Mas na caracterização da saúde financeira, da capacidade de endividamento, daquilo que interessa para a gestão camarária, não interessa para coisíssima nenhuma.

Queremos muito ter o inventário direitinho 100%? Queremos sim. Ainda não chegamos lá, não. Temos aproximado um bocadinho cada ano também é verdade.

Uma nota e pedir desculpa ao Jorge por não ter respondido. Mantendo-nos na avaliação do relatório de gestão. Aquilo que fizemos em 22, em relação à escola Homem Cristo foi estabilizar com o Governo o acordo para construir uma escola nova. Foi integrar no tal protocolo que a ANMP assinou com o Governo em Julho, no mapeamento que lá está, está lá a Escola Homem Cristo para uma nova construção. E desenvolver o trabalho dos chamados termos de referência, para virmos a lançar concurso público de projeto. Nesse âmbito estamos na reta final e pertence à reta final a decisão definitiva do local.

Portanto é neste quadro que estamos. Lançado este projeto e contratado projetista, começamos um outro projeto imediatamente que é o projeto da adaptação do edifício da Homem Cristo para os Serviços municipais. Há uma coisa que temos sempre que fazer e deixar isso muito claro e que fizemos muito em 22 e vamos continuar a fazer em 23. Que é andar à frente na execução de projetos e de obras, para jogarmos o jogo com excelência, como demonstra a Conta de 22, na conquista de fundos comunitários.

Capacitarmos a Câmara e é para isso também que servem os impostos. Para termos uma capacidade além da básica para conquistar fundos comunitários.

Relembro os números do PEDUCA. Contratámos 10 milhões, vamos acabar a execução do PEDUCA com quase 15 milhões. Porquê? Porque tivemos a capacidade de andar à frente e quando surgiram as oportunidades de afetar mais projetos tínhamos tudo pronto, tínhamos executados alguns deles. Este é o exercício. O que é que ainda falta no que respeita à materialização desta matéria? Falta o Governo apresentar o plano de financiamento das tais 450 Escolas que estão no acordo.

Tem sido uma batalha profunda. A última reunião que tivemos com o Ministro das Finanças, foi assumido pelo Senhor Ministro das Finanças, em português claro e até com uma elevação de voz, porque nós dissemos “senhor ministro 8 meses passaram e ainda não há o plano de financiamento apresentado à ANMP, isto é demais”. Eu não, vocês estão a duvidar de mim! Senhor Ministro, nós não duvidamos de si, confiamos em si, mas a verdade é que passaram 8 meses e o programa de financiamento ainda não apareceu, nem sequer um esboço quanto mais fechado. Compromisso do Ministro das Finanças, presidentes membros da ANMP, até final do mês de Abril a proposta está em cima da vossa mesa. O mês de Abril termina no próximo domingo. E, portanto, estamos atentos aos nossos emails a ver se a proposta chega.

Quanto ao Centro de Saúde de Fátima. Lembro que no primeiro PDM 2019, marcámos o terreno que escolhemos como área de equipamento. Ele era área não urbana. Estabelecemos como área de equipamento, portanto, se virem aquela mancha ali ao lado do edifício da sede da Junta de freguesia, tem mancha de equipamento. O que é que fizemos. Lutámos para ter este objetivo financiado pelo PRR. Depois de nos dizerem que sim, por escrito o Ministério da Saúde deu o dito por não dito e não conseguimos ter inscrição na lista de financiamento do PRR.

Neste momento, está na lista de projetos a financiar pelo Portugal 20/30. Nomeadamente pelo Programa Regional Centro 20/30.

Foi feita essa pré negociação que segue o seu o seu caminho e iniciámos a contratação de projeto. Temos que dar à perna. É a mesma conversa de há bocadinho, não vou repetir. Trata-se de uma obra que queremos financiar com fundos comunitários e a negociação do terreno.

Houve um percalço recente na negociação terreno, porque a pessoa em causa teve um problema de saúde, teve uma operação e, portanto, durante umas semanas, não está disponível para voltarmos à mesa e terminarmos este processo.

Se o terreno fosse do Jorge e pedisse 1 milhão, levava com uma expropriação em cima se não chegássemos a acordo, como é evidente. O terreno não vale o 1 milhão nem coisa que se pareça. Temos a avaliação feita, sabemos bem a distância que temos do nosso valor, com

o valor que o proprietário quer, não tem nada a ver com o 1 milhão. Se Vexa fosse dono e quisesse 1 milhão e não chegássemos a acordo, um processo de expropriação pelo valor justo. E íamos ter o terreno expropriado sem qualquer tipo de problema.

Não é isso que queremos com o dono, nem se fosse Jorge, queremos obviamente fechar um acordo pelo valor justo, pouco, até porque nós não podemos comprar terrenos que não seja pelo valor justo. Mas é assim, chegamos a acordo que é o que nós queremos muito bem, se o proprietário tiver numa situação de irredutível e com um valor que é muito superior ao que nós queremos pagar, pois passamos à fase seguinte que é a expropriação. É naquele terreno que vai ser construído a Unidade de Saúde Familiar de Nossa Senhora de Fátima, ponto final, parágrafo.

Apenas valorizamos o terreno porque no PDM anterior aquilo valia 5 euros metro quadrado, porque era não urbano. Agora é equipamento, vale um tanto mais, mas vale um tanto de mais 20 euros metro quadrado. Não vale 50 nem 60. Se o dono ficar de forma irredutível leva com uma expropriação e ficamos com ele pelo valor justo.

E neste terreno, como é em todos os terrenos, como é evidente, que são da natureza das coisas. Portanto foi isto que fizemos em 2022 e segue o processo.

Temos que dar à perna, porque o jogo de conquista dos fundos comunitários do 20/30 já começou. Já está aberto o primeiro aviso que fecha no dia 30 de Junho, dedicado a escolas. Esse é só para escolas. Mas vão abrir a outros e quem andar à frente e conquistar primeiro é quem no caminho vai conquistar mais. Portanto não podemos estar, não só começamos projeto depois de ter o terreno. Não! Nós só podemos adjudicar a obra depois de ter o terreno, como é evidente. Temos um nível de risco, temos. Mas temos que arriscar.

Por isso é que somos uma excelente Câmara a conquistar fundos comunitários, porque temos boa capacidade de gestão e de risco.

Agradecer ao Bruno e ao Manuel Prior e à Inês, as notas que partilharam. E uma nota final. Nestas matérias, obviamente que a matéria de natureza política, a perspetiva, isso tem sido muito bom e quero agradecer a todos os membros da Assembleia a clareza com que tratam a matéria política, no que respeita às Grandes Opções e à forma de gerir a Câmara. É muito bom. Até para os nossos municípios terem esta clareza que nós temos aqui. É muito bom. Isto é de um valor elevado e eu não estou a ser hipócrita. Estou a dizer isto com meridiana clareza. Mas também é muito bom, eu diria até que é bem melhor, naquilo que respeita aos interesses dos municípios, temos tido um ano de 2022 de grande qualidade, de boa consequência, de clara elevação da qualidade de vida, de clara execução dos apoios sociais. Estão lá. Está lá a taxa de execução, está lá tudo, é só preciso ver o documento em condições. Eu peço desculpa, mas não vou estar aqui a dar aulas e a ler o documento, tenho mais que fazer e vocês obviamente têm que investir um bocado mais de horas a lerem o documento. Está lá tudo. Porque de facto, apoiámos pessoas, apoiámos famílias, porque de facto fizemos Cultura, fizemos Ação Social, fez-se Habitação Social, fez-se Educação. Foi um ano excelente. E isso foi o que ficou na vida do nosso município. Foi o que ficou na vida dos nossos concidadãos e estamos obviamente a usar o ano 23 para dar seguimento, na tal lógica da plurianualidade, onde vivemos de forma cada vez mais vincada. Muito obrigado.”

Vogal Ana Seiça Neves(PS) — Nos termos do artigo 33.º do Regimento:[023](#)

“Senhor Presidente queria fazer um protesto sobre as afirmações que o Senhor Presidente à bocadinho fez acerca do Partido Socialista. Portanto é uma defesa da honra do partido a que pertença...

Presidente da Mesa:

“Senhora deputada, defesa da honra é uma figura pessoal. Tem a ver com que a sua honra pessoal foi de alguma forma atingida...

Vogal Seíça Neves:

“O Senhor Presidente, se não é defesa da honra é um protesto...”

Presidente da Mesa:

“Senhora deputada tem tempo remanescente após a intervenção do Senhor Presidente e, portanto, podem utilizar esse tempo.”

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do artigo 31.º do Regimento:[024](#)

“Uma interpelação à Mesa. O quê também não posso!?”

Presidente da Mesa:

“O senhor deputado, não precisa berrar...”

Vogal António Salavessa:

“Senhor Presidente, cumpra o Regimento...”

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado, se for necessário nós aumentamos o volume dos microfones. Não é necessário elevar a voz! O Senhor deputado quer interpelar a Mesa para que efeito?...”

Vogal António Salavessa:

“Quero saber porque é que a Mesa me retirou o direito de resposta, consignado no número 3 do artigo 25.º, onde se fala explicitamente do direito de resposta.”

Presidente da Mesa:[025](#)

“Calma Senhores deputados...”

Vogal António Salavessa:[026](#)

“Estou farto. Tal como estou farto do Senhor Presidente da Câmara começar a sua intervenção a julgar o trabalho da Assembleia. Ele não está aqui para julgar a Assembleia. Ele está aqui para ser julgado, para ser avaliado (ouvem-se vozes)...”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP):[028](#)

“Nada mais tenho a acrescentar a não ser em cima do meu protesto, o facto do Senhor Presidente da Câmara referindo-se a este deputado, utilizou o velho gesto do “maluquinho” a apontar para a cabeça, o que mostra bem o nível a que está habituado e o nível do respeito que tem por quem trabalha com ele.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do artigo 31.º do Regimento:[029](#)

“Senhor Presidente, só para lembrar ali ao deputado do partido socialista que “os cartazes” não é originalidade do Chega! A Senhora Eurodeputada Ana Gomes em 2013 levou esta ideia para o Parlamento Europeu, onde enxovalhou Portugal na presença do nosso Presidente Cavaco Silva. Portanto a ideia não é original do Chega. É do PS.”

Presidente da Mesa:[030](#)

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do artigo 33.º do Regimento:[032](#)

“Eu pedi a palavra apenas para protestar, já que não me permitiu há pouco, e manifestar o meu desagrado pela forma como o Senhor Presidente da Câmara se dirigiu hoje mais uma vez ao partido socialista e nomeando algumas pessoas que nem sequer aqui estão.”

Não admissível para o Partido Socialista que tal possa acontecer. Porque na qualidade de Presidente da Câmara e respeitado por todos os Partidos, gostemos ou não gostemos, estamos aqui e o Senhor é o Presidente, para quero dizer-lhe que essa forma de falar da pobreza do Partido Socialista, das grandes derrotas, esquece-se também das grandes vitórias que tivemos. Mas em relação aos deputados que aqui estão, legitimamente eleitos, nós partido socialista não somos iguais, porque poderíamos perguntar o que está a fazer a maior parte da maioria que o apoia que nunca falou nem nunca disse nada. Nem sabemos se são pobres ou são ricos ou se sabem muito ou pouco. É a nossa opinião. E como é a nossa opinião, creio que em democracia nos devemos respeitar. Coisa que eu não acho que o Senhor Presidente tenha feito em relação ao Partido Socialista, pelo que lavro este protesto.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[035](#)

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação[036](#) **Ponto 2 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2022, da Câmara Municipal de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD18+CDS4), uma abstenção (CH1), e dez votos contra (PS5+PAN2+BE2+PCP1).**

Seguiram-se as declarações de voto.

Vogal João Labrincha (BE)[036](#)

“A minha intervenção é a declaração de voto.”

Vogal António Salavessa (PCP)[037](#)

“A minha intervenção é a declaração de voto.”

Ponto 3 – Apreciação e votação do Regulamento de Segurança e de Utilização dos Espaços de Acesso Público do Complexo/Recinto Desportivo Estádio Municipal de Aveiro - Mário Duarte.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 30/03/2023, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara[038](#) para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[039](#)

“Muito obrigado. De uma forma muito simples. Este sim é um regulamento muito técnico desta área da segurança, para suprimos uma carência que ainda temos, até a publicação e entrada em vigor do regulamento respeitante ao nosso Estádio Municipal de Aveiro Mário Duarte.

Ele foi muito demorado, tivemos muitos problemas, já partilhei aqui noutras reuniões, para termos o parecer da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Foi aí que

residiu a demora por indisponibilidade da ANPC, em afetar recursos humanos para fazer o trabalho. E pronto, mas está terminado, está bem, tem um parecer positivo de quem tinha que ter, nomeadamente dessa entidade principal que é a ANPC e pronto. Obviamente o regulamento vem à Assembleia, porque esta matéria respeita às responsabilidades da Assembleia e para desta forma, repito, suprir a estrutura regulamentar do nosso estádio, que para alguns eventos, enfim, que fomos sentindo a necessidade de colmatar esta lacuna que objetivamente existia. E, portanto, com a aprovação fica colmatada esta lacuna que objetivamente existia e, portanto, com a aprovação fica a lacuna suprida. Ao dispor para qualquer questão.”

Membros da Assembleia

Vogal Gabriel Bernardo (CH)⁰⁴⁰

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁴¹

Presidente da Mesa⁰⁴²

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴³

“Boa noite Senhor Presidente. Cumprimento todos os presentes e quem nos acompanha lá em casa. Estamos obviamente de acordo que é essencial garantir a segurança nos estádios e que estes devem ser espaços de convívio desportivo saudável, onde o racismo, a xenofobia e a intolerância não devem nem podem ter lugar.

Tendo este Regulamento recebido o parecer favorável das forças de segurança e demais entidades envolvidas no processo, votaremos a favor. Disse.”

Vogal António Monteiro (BE)⁰⁴⁴

Vogal Inês Abreu (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁵

“Muito obrigada. A bancada do CDS, naturalmente, vai aprovar este regulamento. Trata-se de um regulamento necessário, que visa estipular regras de comportamento destinadas a facilitar a organização e funcionamento do estádio municipal de Aveiro.

O presente regulamento, como disse, trata da segurança e utilização de espaços de acesso público, visa responder também a Lei 39/2009, de 30 de Julho, alterada pelas subsequentes e que estabelece este regime jurídico da segurança e combate ao racismo e a xenofobia, à intolerância nos espetáculos desportivos que acontecem muito frequentemente, e a segurança das pessoas que frequentam estes espetáculos.

Daí a necessidade de aprovarmos. É um formalismo, como o Senhor Presidente disse, na apresentação deste regulamento, que visa à conclusão de normas para proteger a segurança e as regras das pessoas que assistem aos espetáculos neste pavilhão. Vamos votar favoravelmente.”

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰⁴⁶

Vogal Mário Costa (PS)⁰⁴⁷

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁸

“Bom do meu ponto de vista, acho que o regulamento está de acordo com as normas, justifica-se até porque cada vez mais há problemas nos estádios ou no fim das competições, das várias competições desportivas e, portanto, isso deve ser fiscalizado, deve ser previsto.

Eu acho que estes artigos 18 e 19, que é exatamente o plano de segurança e de emergência interna e plano de evacuação de pessoas é muito importante. Sobretudo se fizerem grandes competições no estádio é muito necessária e muito importante. E eu gostava de saber se por

acaso está previsto ou têm previstos grandes planos de emergência permanentes para esta fiscalização? Quanto ao resto do que consta no regulamento é um regulamento que transcreve a lei e adapta algumas coisas do nosso estádio. E, portanto, o Partido Socialista não vê inconveniente em aceitá-lo e vai aprovar.”

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[049](#)

“Brevemente. Já quase tudo foi dito e é evidente que não há aqui nenhuma questão, ninguém penso eu, ninguém discutirá a utilidade e o ponto será votado por unanimidade. A minha questão tem a ver com isto. A questão da segurança que este regulamento prevê, há uma outra parte que é a montante, que tem a ver com muita da própria insegurança do estádio. De alguma maneira, resulta da própria manutenção do próprio estádio, não é. Nomeadamente se cair uma daquelas placas, etc. E parte disso, a grande dificuldade disso ou parte dessa dificuldade, tem a ver com a relação sempre difícil entre a Câmara e com o Senhor Arquitecto, pois eles ficam donos destas coisas, que é uma coisa que eu acho inacreditável, mas é a lei. E o Senhor Presidente da Câmara terá com certeza essa dificuldade. E a minha pergunta é um bocadinho sobre isso, que é: eu estou a dizer isto até à vontade, porque quando foi da decisão da construção do estádio, o executivo era da minha cor partidária, eu não deixei na Assembleia Municipal de questionar exatamente sobre a questão da manutenção do estádio e sobre aquelas placas. Na altura foi dito, não isso tal e lá está, o estádio com aquelas tonalidades todas, tem um custo muito mais alto e a Câmara Municipal tem ali o menino nas mãos. O estádio é nosso, é a vida, e o Senhor Presidente herdou, tem que cuidar dele, naturalmente o fará.

A minha pergunta é se tem existido alguma démarche por parte deste atual executivo, junto do Arquitecto, no sentido de recondicionar o estádio para que a sua manutenção seja mais em conta?

E com a manutenção mais em conta será uma manutenção mais fácil de fazer, mais fácil de fazer, mais eficiente, e dará menos insegurança para os próprios utilizadores. Portanto a minha pergunta é um bocadinho esta.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[050](#)

“Senhores deputados temos aqui um regulamento para cumprimento das leis em vigor, para funcionamento daquele recinto desportivo. Por isso votaremos a favor.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[051](#)

“Senhor Presidente, muito obrigado. Eu não consigo responder com um rigor absoluto, mas a lógica é assim, grosso modo que é o que interessa. Não podemos dizer que o estádio está há vinte anos sem esta estrutura regulamentar. O que houve foi alterações na própria estrutura legislativa em 2009 e em 2019, que motivaram que, por exemplo, noutros tempos quem tinha que tratar destas componentes era o organizador do evento e com essas alterações legislativas passou a ser o dono do edifício. Que depois, consoante o evento, se adapta ao próprio evento, ok. Portanto, não quer dizer que nos baldámos durante 20 anos. Não quer dizer isso. A lógica da própria lei que foi mudando e que agora, enfim, de forma consolidada desde 2019, nos obriga a ter esta tipologia de regulamento, digamos, como base, que depois se adapta aos eventos que lá forem acontecendo.

A fiscalização, obviamente que todo este trabalho é nosso. Mas isso não tem nada a ver com o regulamento. Nós temos, como donos do edifício, temos que garantir que o edifício está em condições. Obviamente, quando são competições, digamos, do nosso clube residente,

enfim, somos só nós que tratamos quando há uma competição da Liga ou da Federação, há sempre vitórias da Liga e da Federação, para verificar se está tudo em ordem para poder receber competições de outra tipologia que não aquelas onde está envolvido o nosso o nosso Beira-Mar, o nosso clube residente. Isto inclui também a resposta ao Pires da Rosa, portanto, toda essa responsabilidade é nossa.

O que é que nós fizemos para resolver o problema que referenciou. Nós fizemos uma auditoria total ao estádio de engenharia. Fizemos uma auditoria sobre o estado para definir um plano de investimentos de manutenção. Com esta opção que tomámos, nós vamos iniciar, aliás, a uma delas está no nosso Orçamento deste ano, uma operação de qualificação, uma operação de manutenção.

Vamos começar, obviamente, como é normal nestas coisas pelo telhado. Já temos o projeto, custa só 5,7 milhões de euros! E pedimos uma revisão, porque de facto é uma verba brutal, porque só a deslocação de meios para trabalhos em altura é uma brutalidade. Obviamente que vamos à questão dos riscos e pronto e se alguma coisa pode por em risco seja quem for, é o que se passa lá em cima na cobertura. Mas o que fizemos foi isto, temos uma auditoria total, completa, por tipologias, e agora em cima daquela auditoria, desenvolvemos obras de manutenção.

A única componente que chamará o Arquiteto é uma opção que também temos de alterar a leitura estética do edifício. Mas aí é uma mera operação estética da pintura. Em tudo o resto decidimos seguir um caminho diferente, que é este que eu acabei de referenciar e, obviamente, antes de tratamos de o pintar, da nova tipologia das placas, há todo um conjunto de coisas para fazer antes de chegarmos a essa. E para essas seguimos esta estratégia que acabei de referenciar.

Com esta peça, ficamos com a estrutura regulamentar completa, cumprindo obviamente o quadro legal que o país tem.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁵³

Vogal António Monteiro (BE)⁰⁵⁴

Vogal Mário Costa (PS)⁰⁵⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁷

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁵⁸ Ponto 3 – Apreciação e votação do Regulamento de Segurança e de Utilização dos Espaços de Acesso Público do Complexo/Recinto Desportivo Estádio Municipal de Aveiro - Mário Duarte, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta votos a favor (PSD18+CDS4+CH1+PS5+PAN2), três abstenções (BE2+PCP1), e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Ponto 4 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação – Por soluções públicas para a antiga lota.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰⁵⁹ ao deputado proponente do BE para fazer a apresentação da Proposta de Recomendação.

(Saiu da sala o deputado Pedro Pires da Rosa)

Vogal João Labrincha (BE):[060](#)

“Senhor Presidente, decorreu um concurso público para o desenho urbano dos terrenos da antiga lota de Aveiro. Estes terrenos com cerca de 11 hectares, são propriedade pública da Administração do Porto de Aveiro. À TSF, em resposta ao Bloco de Esquerda o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou que abre aspas “a área de construção que temos referenciada é muito pequena, portanto, é para ser uma zona pouco habitada em termos residenciais, sabendo que será o mercado a ditar as regras e não é exatamente uma zona onde nós façamos, a chamada construção de habitação social, não pondo de parte que haja uma parte das habitações que venham a ter a tipologia de habitação a custos controlados”. Tratou-se da primeira e única vez que referiu a possibilidade de habitação a custos controlados nestes terrenos.

Ora, ao contrário das declarações, o estudo urbanístico vencedor do concurso de ideias prevê claramente uma carga construtiva bastante elevada e densa, só por si, independente do projeto a implementar venha a ser muito diferente, esta decisão expressa o tipo de ocupação urbanística que a autarquia deseja para aqueles terrenos públicos.

Recorde-se que, por repetidas vezes, o presidente da autarquia indicou que a Câmara Municipal está a fazer investimentos de milhões em volta desses terrenos. Declarou também que está preparada para realizar ainda mais investimento público nos terrenos para depois os vender a privados.

A Câmara Municipal de Aveiro está atualmente em negociações com o Governo e com a administração do Porto de Aveiro para obter a propriedade dos terrenos em causa. Nesse contexto, apresentamos proposta por considerarmos que, dada a escassez de habitação e de terrenos públicos no país, estes devem ser mobilizados para habitação pública a custos controlados, destinada a arrendamento, para a chamada classe média, por forma a promover a oferta pública e de com ele intervir no mercado, assim assegurando consequente arrefecimento dos preços.

E assim, a Assembleia Municipal reunida, esperamos nós, na sessão ordinária de Abril de 2023, delibere recomendar a Câmara Municipal:

- 1 - que a área construtiva para os terrenos da antiga lota seja baixa e adequada aos riscos de alterações climáticas e às características do local;*
- 2 - que a habitação que eventualmente será construída nos terrenos da antiga lota, seja habitação pública, destinada a programas de arrendamento acessível;*
- 3 - que as associações que atualmente utilizam a área da antiga lota para a sua atividade sejam devidamente integradas no edificado e nas políticas da autarquia para aqueles terrenos.*

Aquilo que consideramos é que Aveiro não precisa de mais caixotes de betão que visam apenas potenciar as mais-valias urbanísticas a partir da exploração daquele terreno público. Aveiro, definitivamente não precisa de mais uma área de habitação a preços de luxo que prestará para cima de todos os preços na região. O mercado imobiliário já está, como todos sabemos, sobreaquecido e quer por parte da autarquia, quer do Governo central, a prática tem sido a de vender terrenos e habitações públicas, reduzindo a capacidade do estado de intervir no mercado, garantindo arrefecimento dos preços, como vemos a acontecer neste projeto.

Está tudo, está tudo ao contrário e é aqui a oportunidade que a Câmara tem para mostrar que faz diferente do Governo central. Tenho dito. Obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶²

“Cara Mesa, Cara Câmara, Caros deputados, mais uma vez o Bloco traz-nos uma moção que nos causa sempre algum embaraço. Embaraço não no sentido político de saber que posição tomar, mas por vezes a construção das moções e tão complicada, que é difícil apurar uma opinião clara sobre aquilo que é o objetivo da decisão.

Por exemplo que área construtiva para os terrenos da antiga lota seja baixa (pequena presumo) e adequada aos riscos das alterações climáticas!? Não sei bem que tipo de resposta o Bloco pode apresentar para os riscos das alterações climáticas e às características do local.

Que a habitação que eventualmente seja construída nos terrenos da antiga lota, seja habitação pública, destinada a programas de arrendamento acessível! Isto, dá a ideia que há poucos terrenos no país. Fala no corpo da moção não de Aveiro, mas do país!? Será que há falta de terrenos públicos em Aveiro que possam dar resposta a programas de arrendamento acessível? Terá que se fazer ali? Mas é a própria câmara que admite que parte pode ser destinada a construção de habitação a preços controlados.

Só o terceiro, quanto a nós, merece total apoio inequívoco. Que haja um esforço de integração das associações que atualmente utilizam aquele espaço, para naquilo que venha a ser construído.

É evidente, que em princípio, esta é uma moção para votar a favor. Mas é votar a favor de uma coisa de um território que nem pertence à câmara. É votar a favor, de ser tomada aqui uma decisão daquilo que foi um concurso de ideias, arrastando a tendência para que o concurso de ideias seja considerado o projeto permitido — e não o é.

E aqui deixo uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, se é possível que a Câmara receba o terreno com condicionantes. Ou seja, que a APA, ao ceder, estabeleça condicionantes de uso ou não. Esse é outro elemento a ter em consideração e que não está em cima da mesa.

Nós no PCP discutíamos esta moção e vamos votar a favor. Mas sem deixar de notar que gostaríamos de ter propostas melhor justificadas, melhor apresentadas, e que se adequasse mais a situação real, porque de alguma forma ela ainda está desfasada da situação.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH)⁰⁶³

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁴

“Obrigado Senhor Presidente. Como já foi dito a Câmara ainda não tem o terreno. Não houve uma discussão pública, os aveirenses devem ter uma palavra a dizer sobre aquilo que pretendem para o seu município, sobretudo na zona tão nobre da cidade. Não existe planeamento no médio, longo prazo, sobre o que se pretende para a para Aveiro.

Já percebemos que a Câmara não pretende que aquele espaço se destine a habitação pública com arrendamento acessível como aqui propõem. Nós consideramos que, antes desta tomada de decisão, se deve consultar os aveirenses e decidir com base nessas conclusões, até pela crise na habitação a que Aveiro não é imune.

Consideramos fundamental fazer-se uma reflexão séria sobre este assunto. Parece previsto investimento público, que irá beneficiar sobretudo investimento privado. Este é um terreno público e os aveirenses deverão decidir se numa zona sensível como esta se pretende sequer que ali haja habitação.

Na nossa opinião, a esta altura, o mais importante era haver uma discussão pública, pelo que nos iremos abster no ponto 2 e estamos de acordo com o ponto 1 de que a carga

construtiva seja de baixa e adequada aos riscos de alterações climáticas e às características local. Obrigado. “

Vogal Inês Abreu (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁵

“Muito obrigado Senhor Presidente. Bem, efetivamente esta proposta do Bloco de Esquerda no nosso entender assenta em duas premissas erradas.

A primeira é que o estudo urbanístico é um concurso de ideias e nada mais do que isso. Não é um projeto final, não é sequer um projeto vinculativo.

Depois a outra premissa é que a Câmara ainda não é proprietária dos terrenos da lota de Aveiro. Ainda está em negociações, como o senhor deputado deveria saber ou sabe, as negociações dos terrenos da lota ainda estão por concluir. As negociações ficaram interrompidas pela saída do Senhor Ministro e do Senhor Secretário de Estado e como tal a negociações estão paradas.

Vir aqui com esta proposta é absolutamente inócuo. Não acrescenta nada. Mais uma vez o Bloco de Esquerda prima por apresentar estas propostas que não acrescentam nada. E confunde. Porque realmente como aqui já foi dito este é um espaço que tem características próprias e ainda está na propriedade da APA e a negociação a ter pode inclusivamente ter condicionantes.

Está aqui este executivo, que foi eleito democraticamente pela população aveirense, por maioria absoluta, que com certeza e à semelhança do que tem feito no passado, irá levar a cabo um projeto que será final tirando apenas, talvez, ideias deste concurso que foi agora premiado. E que a proposta 8, assim designada, ganhou o primeiro prémio. E o júri até, para informação do senhor deputado do bloco de esquerda, apuraram que este concurso de ideias tem por objetivo a apresentação do conceito de ocupação e respetivo desenho urbano que permita não só valorizar a imagem urbana dos terrenos da antiga lota de Aveiro como promover as vivências urbanas, apostando na diversidade de funções, numa perspetiva de gerar um espaço dinâmico com cariz cultural e com espaço de relevo para os desportos náuticos e a náutica de recreio. Tudo alicerçado numa proposta de sustentabilidade ao nível ambiental, social e económico. Portanto Senhor deputado esta sua proposta é a destempo, não contribui para nada, e nesse sentido vamos ter de a não aprovar naturalmente.”

Vogal Mário Costa (PS)⁰⁶⁶

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁷

“Sobre esta proposta dizer que estamos a falar de uns terrenos que não são da Câmara. E nesta negociação eventual que possa acontecer da passagem dos terrenos para o executivo, o interlocutor é difícil. Já o foi antes do Pedro Nuno, depois com o Ministro Pedro Nuno foi necessário acertar agulhas, agora temos ou não o Ministro João Galamba, e têm sido estes os interlocutores.

E o que é que isto faz? Que um espaço nobre de Aveiro esteja adstrito a “atividades não legais”. E é preciso por um fim a isto. É preciso claramente todos em conjunto façamos força, usando a nossa pressão junto das entidades, para que o Governo Central do Partido Socialista e o Porto de Aveiro de uma vez por todas decidam ceder aquele espaço ao abandono aos aveirenses, para o executivo depois sim poder fazer lá alguma coisa e acabar lá com as atividades criminosas que são diárias naquele sítio.

Por isso esta proposta, por ser a destempo e ter todas estas condicionantes terá o nosso voto desfavorável.”

Vogal António Monteiro (BE)⁰⁶⁸

Vogal João Labrincha (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁹

“Obrigado. O PCP e o CDS falaram aqui de inocuidade. Eu pergunto se o concurso de ideias foi ele próprio inócuo. Eu acho que não, não me parece. Ela apresenta tendência, a nosso ver errada, de construção de alta densidade e apenas acessível à elite. Cabe-nos então preventivamente que aquilo que foi apresentado neste concurso não se transforme numa realidade. Porque eu acho que se o deixarmos passar ele passará assim e é por isso que apresentamos aqui esta propostas.

Para o chega, os pobres e classe média não têm direito a boas vistas. É isto que eu concludo. Portanto, só os ricos é que podem ter vistas sobre a Ria. Só os ricos é que podem ter casas junto à praia. Faz sentido com aquilo que é a política que se diz anti-sistema, mas que na verdade é mais do sistema, do que os do próprio sistema.

Nós defendemos a habitação pública em todo o lado. Habitação a custos controlados. Não estamos a falar só de habitação social. Nós defendemos habitação pública para as pessoas comuns, para a classe, para a chamada classe média, em todo o lado em todas as partes da cidade. Até o Senhor Presidente da Câmara falou, nas declarações que deu à TSF, da hipótese de uma parte de habitação lá ser de custos controlados.

Nós achamos que devia ser a totalidade da habitação a custos controlados.

Gostaria também de aproveitar para dizer que é a primeira vez que venho presencialmente esta Assembleia, mas online já tinha a noção, mas aqui vê-se, torna-se mais visível, a forma como o Senhor Presidente da Câmara trata esta Assembleia de forma absolutamente desrespeitosa para com os seus membros. E também, portanto, por consequência, para a instituição. É uma vergonha e são estes comportamentos uma das grandes razões para as pessoas se afastarem de partidos...

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado, peço desculpa, está no uso da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas sobre uma proposta de recomendação relativa soluções públicas para antiga lota é nesse âmbito que está a fazer a sua intervenção e não agora considerandos e outros aspetos que terá outros momentos e noutros contextos para os fazer, se assim o entender.”

Vogal João Labrincha:

“Obrigado. Terminei.”

*Presidente da Mesa*⁰⁷⁰

*Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do artigo 33.º do Regimento:*⁰⁷¹

“Senhor Presidente é um protesto. É assim. Claro que todos têm direito à habitação, mas atenção, mas não precisa de ser numa zona daquelas com custos de construção muito elevados, custos de construção muito elevados. Portanto é irrealista, porque logo à partida por esse motivo.

Depois é evidente que a esquerda pensa que todos têm direito a viver nos centros das cidades e nas zonas nobres. Só que a esquerda não percebe como funciona a lei da oferta e da procura. Eu questiono o Bloco de Esquerda, ok vocês fazem ali habitação naquela zona, depois como vai haver tanta gente a querer ir viver para lá, como é que vão controlar isso? Talvez numa autarquia do Bloco de Esquerda e com cartão partidário, se calhar, os detentores do cartão partidário teriam preferência. O problema é mesmo esse. É que vocês não sabem como funciona a lei da oferta e da procura. E quando não funciona a lei da oferta e da procura, corre sempre mal. Obrigado.”

Vogal João Labrincha (BE) — Nos termos do artigo 33.º do Regimento:⁰⁷²

“Bom, eu penso que não seria a primeira Câmara Municipal onde se faziam concursos para atribuição das habitações. Não seria certamente, esta é uma das muitas ideias, partindo, obviamente, de fazer um concurso, como existem variadíssimos e variadíssimo e, infelizmente, esses concursos públicos, esses concursos têm sempre milhares de candidatos a mais do que são aquelas que são as habitações atribuídas. Portanto, nós temos, o que não falta é procura para essas casas.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁷³ o Ponto 4 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação – Por soluções públicas para a antiga lota, sendo a proposta rejeitada, com vinte e sete votos contra (PSD18+CDS4+CH1+PS4), duas abstenções (PAN2), e três votos a favor (BE2+PCP1).

Não houve declarações de voto.

(Reentrou na sala o deputado Pedro Pires da Rosa).

Continuando, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade⁰⁷⁴ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrada e concluída a sessão ordinária de Abril de 2023.

Eram 23:00 horas do dia 28 de Abril de 2023.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(2:30)